

UM MANIFESTO ANTIRRELATIVISTA: SÓ HÁ INTERPRETAÇÕES PORQUE EXISTEM FATOS, REGRAS E PRINCÍPIOS A SEREM INTERPRETADOS

AN ANTI-RELATIVIST MANIFESTO: THERE ARE ONLY INTERPRETATIONS BECAUSE THERE ARE FACTS, RULES AND PRINCIPLES TO BE INTERPRETATED

LENIO LUIZ STRECK

Doutor em Direito pela UFSC e Pós-doutor em Direito pela FDUL. Professor titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos/RS) e da Universidade Estácio de Sá (Unesa/RJ). Professor emérito da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro. Membro catedrático da Associação Brasileira de Direito Constitucional – ABDConst. Coordenador do Dasein – Núcleo de Estudos Hermenêuticos. Advogado. Ex-Procurador de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Advogado. Lattes: [<http://lattes.cnpq.br/0806893389732831>]. ORCID: [<https://orcid.org/0000-0001-8267-7514>]. lenio@professorstreck.com.br

DOI: [<https://doi.org/10.5281/zenodo.8381431>].

Autor convidado

ÁREAS DO DIREITO: Penal; Processual

RESUMO: Algumas das principais mazelas do processo penal brasileiro encontram o seu núcleo em um problema histórico e fundamental: uma confusão generalizada sobre o conceito de verdade e como ela é atingida. O fato é que a dogmática nacional, ao abordar o tema, agrava-o, ao contrário de esclarecê-lo. Categorias como "verdade real", "verdade formal", "verdade nas provas", atravessam manuais e cursos de direito processual como se "verdade" e "interpretação judicial" não fossem questões de profunda densidade filosófica; uma densidade que é apenas capturada mediante o recuo às trincheiras da teoria do direito e da filosofia em sentido geral. Assim, nas reflexões que se seguem, a partir da

ABSTRACT: Some of the main problems of Brazilian criminal procedure find their core in a historical and fundamental problem: a generalized confusion about the concept of truth and how it is achieved. The fact is that national dogmatics, when approaching the subject, aggravates it, instead of clarifying it. Categories such as "real truth", "formal truth", "truth in evidence", cross manuals and procedural law courses as if "truth" and "judicial interpretation" were not questions of deep philosophical density; a density that is only captured by retreating into the trenches of legal theory and philosophy in general. Thus, in the reflections that follow, based on the Hermeneutic Critique of Law, I intend to carry out

Crítica Hermenêutica do Direito, pretendo realizar esse movimento de recuo, realizando, assim, o diagnóstico geral da crise epistemológica do processo penal e apontando as condições de possibilidade a partir das quais o problema da verdade no processo penal pode ser refletido com integridade teórica.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia – Processo penal – Hermenêutica jurídica – Crítica hermenêutica do direito – Teoria da decisão judicial.

this retreat movement, thus carrying out the general diagnosis of the epistemological crisis of the criminal procedure and pointing out the conditions of possibility from which the problem of truth in criminal proceedings can be reflected with theoretical integrity.

KEYWORDS: Epistemology – Criminal proceedings – Legal Hermeneutics – Hermeneutical Critique of Law – Judicial decision theory.

SUMÁRIO: 1. Acepipes epistemológicos. 2. A crise epistêmica: o senso comum teórico (e a dificuldade de sua superação). 2.1. Processo (civil e penal): o que se diz por aí. 2.2. A verdade é "relativa"? 2.3. "Verdade Real" em que sentido?. 3. A verdade que existe e não existe. 4. Se a "verdade real" é um mito, por que esse mito é usado para explicar o logos?. 5. Os paradigmas inconciliáveis por trás das concepções de verdade. 6. Os problemas recorrentes acerca dos conceitos de livre convencimento, livre apreciação e verdade judicial – uma extensão da discussão acerca do conceito de verdade. 7. Um breve encaminhamento acerca do sentido de verdade. 8. Considerações finais: a distância em relação à indagação "O que é isto – o conceito de verdade?". 9. Referências.

1. ACEPIPES EPISTEMOLÓGICOS

Já li isto em vários lugares e ouvi contarem de diferentes modos uma certa história. Um cego mendigava em Paris; colocou um pequeno cartaz que dizia: "Sou cego. Ajudem-me". O povo passava e ninguém se compadecia. Passou um poeta que, segundo a lenda (podia ser um publicitário, mas não importa: prefiro esta versão), pegando o cartaz, reescreveu-o, e, lá se foi deixando o mendigo a mendigar. Horas depois, retornou ao local e viu que a bandeja do mendigo estava repleta de moedas. Ao sentir a aproximação do poeta (por meio de seus outros aguçados sentidos), o mendigo lhe perguntou acerca do que escrevera no cartaz. E o poeta respondeu: "em lugar de 'sou cego. Ajudem-me', escrevi: 'É primavera em Paris... e eu não posso vê-la'"¹.

Há vários modos de contar um fenômeno. Ernildo Stein diz que complexa não é a realidade; complexas são nossas interpretações da realidade. Uma interpretação – literal ou não – é tão autêntica quanto for sólida a consciência do intérprete sobre o "círculo hermenêutico", desenvolvido contemporaneamente pela filosofia hermenêutica e hermenêutica filosófica de Martin Heidegger e Hans-Georg Gadamer, respectivamente. Esse processo

1. STRECK, Lenio Luiz. *O cego de Paris e a busca da verdade real – O início*. Revista Eletrônica Consultor Jurídico, São Paulo, 9 de maio de 2013. Disponível em: [https://www.conjur.com.br/2013-mai-09/senso-incomum-cego-paris-busca-verdade-real-inicio]. Acesso em 21.09.2023.

STRECK, Lenio Luiz. Um manifesto antirrelativista:

só há interpretações porque existem fatos, regras e princípios a serem interpretados.

Revista Brasileira de Ciências Criminais. vol. 199. ano 31. p. 53-71. São Paulo: Ed. RT, nov./dez. 2023.

DOI: [https://doi.org/10.5281/zenodo.8381431].

circular da compreensão é centrado numa relação não hierárquica entre intérprete – suas pré-compreensões e respectiva suspensão dessas para o exame de autenticidade –, a linguagem pública e o objeto interpretado, mediante plena assunção dos constrangimentos impostos por esses elementos e seus limites histórico-conceituais².

Em síntese, o círculo hermenêutico trata da constante projeção que o intérprete realiza em relação ao objeto – projeção que é fruto de suas pré-compreensões, de sua historicidade – e, na medida em que esta projeção se choca com o objeto em questão, há o retorno crítico à própria projeção inicial. Abre-se uma possibilidade de autoconsciência da historicidade do intérprete. Gadamer chama de “consciência da história efetual” (*wirkungsgeschichtliches Bewusstsein*). É por isso que falamos que a circularidade hermenêutica é positiva, e não a má circularidade em que os preconceitos se apropriariam e deformariam o texto interpretado.

Ao ler na revista eletrônica ConJur que a falta de apenas um centavo no depósito exigido para o ajuizamento de recurso no Tribunal Superior do Trabalho *não mais* gera deserção que prejudique o julgamento do pedido, começo a vislumbrar a primavera no TST. Sim, posso vê-la. Pela decisão em Agravo de Instrumento, a 8ª Turma do TST afastou a deserção que havia sido decretada pelo presidente do TST.

Nesse sentido, também escrevi um texto na ConJur com o título *Quanto Vale o Narcisismo Judicial?*³, criticando decisão anterior que negara seguimento a Recurso em face de um centavo. Nesse novo feito, a ministra Dora Maria da Costa disse tratar-se “de quantia sem expressão monetária, sendo certo, ainda, que a OJ 140 da SDI-1 se reporta a centavos, no plural, o que não abrange a situação vertente”. A decisão permaneceu refém daquilo que Dworkin chamou de “agulhão semântico”⁴. Ela – a ministra – poderia ter ido um pouquinho mais longe. A julgar pela sua decisão, fossem dois centavos estaria resolvido o problema, porque haveria a expressão monetária “em centavos”, no plural (algo como a repristinar a questão savignyana da interpretação gramatical).

De todo modo, trata-se de um avanço. Outro dia, li uma decisão da lavra do Desembargador Nagib Slaibi Filho, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que é alvissareira: “Prestigiando a máxima de *minime ne curiat praetor* e ao princípio da efetividade processual, tendo em vista que a diferença a ser complementada é de tão-somente R\$ 2,81 (dois reais e oitenta e um centavos) (fl. 399), de ofício, rejeitam-se a preliminares arguidas. (...)”⁵. Trata-se, pois, de uma questão que envolve a discussão profunda da teoria do Direito.

2. STRECK, Lenio Luiz. *Dicionário de hermenêutica*: 50 verbetes fundamentais da teoria do direito à luz da Crítica Hermenêutica do Direito. 2. ed. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

3. STRECK, Lenio Luiz. Quanto vale o narcisismo judicial? Um centavo? *Revista Eletrônica Consultor Jurídico*, São Paulo, 17 maio 2012. Disponível em: [www.conjur.com.br/2012-mai-17/senso-incomum-quanto-vale-narcisismo-judicial-centavo]. Acesso em: 24.07.2023.

4. DWORKIN, Ronald. *Império do direito*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 56 e ss.

5. ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça, AC 0179205-06.2008.8.19.0001, Apelação Cível, 6ª Câmara Cível. Apelante Rodrigo Azevedo Silva Cabral e outros, Apelado Rodrigo Azevedo Silva Cabral e outros, rel. Des. Nagib Slaibi Filho, 23.08.2023.

Ou seja, está-se diante da discussão da dicotomia “positivismo exegético *versus* hermenêutica” (ou textualismo *versus* voluntarismo).

Claro que ainda devemos avançar muito mais. Por exemplo, no caso do TST, deveria ter sido questionada – em controle difuso – a própria constitucionalidade da OJ 140 da SDI-1/TST, que incrivelmente tratou de uma matéria que não deveria ter tratado (ao menos do modo como tratou)⁶.

Evidentemente, o processo penal não escapa da controvérsia – em verdade, no seu domínio, a gravidade do tema é ainda maior, pois compartilha dos mesmos vícios, mas sua tragédia é sobremaneira mais aguda, seja no que tange à “verdade na interpretação das palavras” ou a “verdade nas provas”⁷, pois fala-se, nas suas raízes, entre o limite mais acentuado entre a violência institucional do Estado e a liberdade corpórea do cidadão.

Relembro, aqui, o jamais-a-ser-esquecido caso das ADC’s 43, 44 e 54, envolvendo a interpretação do art. 5, LVII, da Constituição Federal, o qual expressamente consigna que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”; se essa disposição constitucional tivesse sido interpretada com o mesmo vigor literalista com que foi a OJ 140, eu e tantos outros causídicos não teríamos tido de ir até a tribuna do Supremo Tribunal Federal, naquela tarde de agosto de 2021, para defesa da Constituição no banco dos réus⁸. Diz a OJ “centavos” e diz a Constituição “trânsito em julgado”. Afinal, por que uma palavra vale tanto e outras tão pouco, e qual o critério para definir quando uma irá sucumbir, e outra fará sucumbir? Eis o ponto.

Embora tenhamos vencido com a Constituição embaixo do braço – tal como ela própria nos exige –, longe estamos de ver a primavera no campo do Direito ou de poder dizer as coisas no Direito de outro modo. Chamemos, pois, o poeta parisiense. Ou o cego. Há, efetivamente, uma crise de paradigmas que assola o Direito.

Venho insistindo no sentido de que, de um lado, há uma crise de compreensão (poderíamos chamá-la de crise epistemológica); de outro, uma crise de modelo de Direito, no interior da qual sua operacionalidade – o que inclui os concursos públicos e o ensino jurídico – continua refém de um senso comum teórico (Warat), refratário a qualquer sofisticação teórica. Relata-me um Promotor de Justiça, de um Estado da Federação da região centro-oeste, o modo como o sistema virtual pode estimular negativamente as mentes mais criativas. Dia destes, segundo o relato, ao final de uma audiência na Vara especializada em violência doméstica da Capital do Estado, após as alegações orais, o magistrado posicionou-se em frente à câmera do sistema audiovisual e proferiu a primeira “sentença mista” do Estado e provavelmente uma das primeiras do Brasil. Sim, mista, pois na ata restou consignado somente o dispositivo da “sentença”, relatório, fundamentação e dosimetria, tudo no

6. STRECK, Lenio Luiz. *O cego de Paris e a busca da verdade real – O início*. Revista Eletrônica Consultor Jurídico, São Paulo, 9 de maio de 2013. Disponível em: [https://www.conjur.com.br/2013-mai-09/senso-incomum-cego-paris-busca-verdade-real-inicio]. Acesso em 21.09.2023.

7. BARROS, Marco Antônio de. *A busca da verdade no processo penal*. São Paulo: Ed. RT, 2002. p. 286.

8. BREDA, Juliano; STRECK, Lenio Luiz. *O dia em que a constituição foi julgada: a história das ADC’s 43, 44 e 54*. São Paulo: Ed. RT, 2020.

STRECK, Lenio Luiz. Um manifesto antirrelativista:

só há interpretações porque existem fatos, regras e princípios a serem interpretados.

Revista Brasileira de Ciências Criminais. vol. 199. ano 31. p. 53-71. São Paulo: Ed. RT, nov./dez. 2023.

DOI: [https://doi.org/10.5281/zenodo.8381431].

sistema audiovisual e em seguida para o *e-proc*. Pergunto: há possibilidade de uma primavera no Direito?⁹

2. A CRISE EPISTÊMICA: O SENSO COMUM TEÓRICO (E A DIFICULDADE DE SUA SUPERAÇÃO)

Chegamos a um ponto em que os alunos acham “bonito” e “inteligente” alguém “sacar” que um livro de Direito deve conceituar os institutos jurídicos como um simples dicionário, algo do tipo “o ordinário se presume”, “quadrilha necessita de no mínimo quatro pessoas”, “agressão atual é a que está acontecendo”, “iminente é a que está por acontecer”; “chave falsa é um instrumento para abrir fechaduras”, “verossimilhança é aquilo que parece próximo do verdadeiro”, “no furto, coisa alheia é a que não pertence à pessoa”; “cautelar é aquilo que acautela”; “juiz não está limitado às regras indicadas pelas partes”, “antes da verdade, há a verossimilhança”; “princípios são valores”. E assim por diante.

Como venho referindo, o senso comum teórico, que conforma a dogmática jurídica tradicional (e parcelas da “nova dogmática”), é um queijo suíço, onde a “parte boa” é o espaço que deixa o queijo sofisticado, isto é, o vazio (ou o “não queijo”). E, quando quer sofisticar, atrapalha-se. Ou, ainda, utiliza-se de autores equivocados, reproduzindo ou reforçando estereótipos próprios do velho formalismo dogmático.

Um dos sintomas do persistente inverno, que não autoriza o despertar da primavera – a não ser a partir de algumas nesgas de luz – pode ser visto naquilo que a dogmática jurídica entende por “princípio da verdade real”. Ou o relaciona a conceitos como o de “verdade material”, oposta à “verdade processual” ou de “verdade formal”. Ou, ainda, tratam-na como um mix entre paradigmas filosóficos antagônicos. Isso sem considerar que o chamam de “princípio”, fechando o círculo de equívocos.¹⁰

Pergunto: há mais de um tipo de verdade? O que distingue uma verdade formal de uma verdade material? Se uma conclusão é apenas parcialmente verdadeira, ela também não seria parcialmente falsa? A dogmática brasileira pode jogar fora o princípio lógico da não contradição? Por tudo, “precisamos falar sobre a verdade no processo penal” (!).

2.1. Processo (civil e penal): o que se diz por aí

Efetivamente, não é fácil entender o que a dogmática processual pretende dizer com a defesa ou a crítica à “verdade” (real, material, formal, processual...). Por vezes, parece que a verdade real é uma busca ontológica clássica, uma *adequatio intellectum et rei* (ou seja,

9. STRECK, Lenio Luiz. *O cego de Paris e a busca da verdade real – O início*. Revista Eletrônica Consultor Jurídico, São Paulo, 9 de maio de 2013. Disponível em: [https://www.conjur.com.br/2013-mai-09/senso-incomum-cego-paris-busca-verdade-real-inicio] Acesso em 21.09.2023.

10. STRECK, Lenio Luiz. *O cego de Paris e a busca da verdade real – O início* Revista Eletrônica Consultor Jurídico, São Paulo, 9 de maio de 2013. Disponível em: [https://www.conjur.com.br/2013-mai-09/senso-incomum-cego-paris-busca-verdade-real-inicio]. Acesso em 21.09.2023.

a adequação do intelecto à coisa); em outras passagens, fica-se convencido de que a verdade real é o corolário da filosofia da consciência (*adequatio rei et intellectum* – que quer dizer adequação da coisa ao intelecto) ou, na verdade, de sua vulgata. Guilherme Nucci, por exemplo, inicia o seu comentário ao art. 155 do CPP com o tópico “significados de verdade e certeza”, afirmando que “a existência da verdade é sempre relativa, pois o que é verdadeiro para uns, pode ser falso para outros”¹¹. Deparamo-nos com um antiquíssimo paradoxo: afinal, é verdade que não existe verdade?¹²

Em um boletim de processo penal, leio artigo de um jovem doutor em Direito confundindo os conceitos de verdade (incluindo a de Aristóteles); falava ele também dos perigos do abandono radical do conceito de verdade como correspondência. Mas, o que é isto, a “verdade como correspondência”? Por que seria “perigoso” abandoná-la? Afinal, teria – ou tem – algum sentido em falar em “verdade como correspondência”?

Pesquisar o que juristas escrevem sobre o tema da verdade é, assim, um exercício interessante. Em outra revista de excelente qualidade, especializada em Processo, deparei-me com um artigo de um talentoso processualista¹³ que, a par de valiosas informações (o texto, de fato, possui erudição), traz afirmações preocupantes, como a de que “a questão da busca pela verdade interessa não só ao Direito, mas praticamente a todos os ramos do conhecimento”. De pronto eu retiraria a expressão “praticamente”. Na sequência da leitura, preocupou-me assaz o “conceito de verossimilhança” que, para ele, “É um juízo feito com base em máximas de experiência, isto é, com base no que normalmente acontece”. Indago: teria N. Malatesta razão, portanto, quando dizia que “o ordinário se presume”, “só o extraordinário se prova”? O que são, enfim, máximas de experiência? E como se afere “aquilo que normalmente acontece”? Haveria uma espécie de “objetividade do senso comum” ou uma certa “ontologia do que é dito por aí”?

Também é intrigante o que diz o processualista Echandía, citado no referido artigo: a verdade “es inalcanzable” para o homem e “el resultado de la prueba puede no corresponder a la verdad”. Ora, se a verdade é inalcançável para o homem, porque, então, é possível dizer o enunciado? Por que falar de algo que não existe? *Ainda: se é verdade que a verdade não existe*, “que es inalcanzable”, *por que, então, às vezes, como diz Seitoguiti J.*¹⁴, “o resultado da prova pode não corresponder à verdade”?

Em outro texto – e isso se repete em vários – leio que *a verdade é inatingível em face das deficiências humanas de cognição*. Mas, paradoxalmente, diz-se que “não se deve prescindir da investigação sobre como os fatos se deram”. Mas, se a verdade não existe, se ela é

11. NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. São Paulo: Ed. RT, 2008, p. 338.

12. STRECK, Lenio Luiz. As vinhas da ira do Direito ou “quando o réu não se ajuda”. Disponível em: [https://nonacachola.blogspot.com/p/o-cego-de-paris-e-busca-da-verdade-real.html].

13. PEREIRA, Guilherme Setoguti J. Verdade e finalidade da prova. *Revista de Processo*, São Paulo, Ano 37, n. 213, p. 161-192, nov. 2012.

14. PEREIRA, Guilherme Setoguti J. Verdade e finalidade da prova. *Revista de Processo*, São Paulo, ano 37, n. 213, São Paulo, p. 161-192, nov. 2012.

STRECK, Lenio Luiz. Um manifesto antirrelativista:

só há interpretações porque existem fatos, regras e princípios a serem interpretados.

Revista Brasileira de Ciências Criminais. vol. 199. ano 31. p. 53-71. São Paulo: Ed. RT, nov./dez. 2023.

DOI: [https://doi.org/10.5281/zenodo.8381431].

incognoscível/inatingível (lembro que os sofistas já diziam isso), como é possível investigar a maneira “como os fatos se deram”? Afinal, se a verdade não existe, como tantos autores de direito dizem, como admitir a existência de “fatos”?

2.2. A verdade é “relativa”?

No julgamento do mensalão, ouvi muitos participantes falarem da e sobre a verdade. Ouvi que a verdade “estava nos autos” e que “as provas fala(ri)am por si” (o processo revelaria uma verdade intrínseca); e, por outro lado, falou-se também que “a verdade não existe; que é relativa”.

Se a verdade não existe, então é por isso mesmo que não é verdadeiro dizer que a verdade não existe. Como mencionei anteriormente, o autor do enunciado cai em um paradoxo. E, como também sabemos, paradoxos são coisas sobre as quais não podemos decidir (assim nos ensinam os sistêmicos). Por exemplo, o mais famoso paradoxo é o do mentiroso. “Todos os que estão na sala são mentirosos. Eu, quem disse a frase, estou na sala, logo, sou mentiroso e acabo de dizer uma mentira, cujo contrário é a verdade”.

Mas, enfim, o que estaria por trás de toda essa discussão no processo penal? Registre-se a importância do assunto, na medida em que, apesar de toda confusão conceitual até aqui apresentada, a ideia de “verdade real” ainda circula fortemente na doutrina e no judiciário.

Na doutrina jurídica mais consumida, a verdade ora é confundida com um dado bruto (o fato em si?) ao qual o sujeito cognoscente deve se amoldar, ora é resumida a uma construção, erguida – a partir de uma pseudo “consciência metodológica” – pelo sujeito cognoscente, algo que aparece claramente no conceito de “livre convencimento” ou “livre apreciação da prova”.¹⁵ Em outros momentos a dogmática jurídica produz um *mix*. De todo modo, o que fica claro é que não há preocupação com as condições epistemológicas de tais assertivas. Ao que tudo indica, o imaginário dos juristas é determinado por uma estranha correlação entre a teoria da correspondência e o subjetivismo. A depender do caso, do objetivo pragmático, ou do público a que se dirige, adota-se uma ou outra.

2.3. “Verdade Real” em que sentido?

Em dezenas de livros de processo penal lê-se que, ao mesmo tempo em que “existiria” a verdade como um “dado” real, haveria também o “livre convencimento...” (ou livre apreciação da prova), tudo isso independentemente dos problemas que as próprias concepções clássicas ou modernas da filosofia revelem.

Mas, então, permito-me indagar: de que modo a verdade seria, então, um dado “real”? “Real” em que sentido? O real é o verdadeiro “em si”, ou haveria uma proposição a qual, mesmo que não expressasse a realidade, ainda assim poderia ser chamada de verdadeira?

15. STRECK, Lenio Luiz. *O cego de Paris e a busca da verdade real – O início* Revista Eletrônica Consultor Jurídico, São Paulo, 9 de maio de 2013. Disponível em: [https://www.conjur.com.br/2013-mai-09/senso-incomum-cego-paris-busca-verdade-real-inicio]. Acesso em 21.09.2023.

STRECK, Lenio Luiz. Um manifesto antirrelativista: só há interpretações porque existem fatos, regras e princípios a serem interpretados. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. vol. 199. ano 31. p. 53-71. São Paulo: Ed. RT, nov./dez. 2023. DOI: [https://doi.org/10.5281/zenodo.8381431].

Outra pergunta: independente da correlação com uma ou outra concepção filosófica sobre o conceito de “verdade”, fica a indagação acerca do modo pelo qual seria possível compatibilizar essas “teses”. Ao exame de parcela considerável da doutrina processual penal brasileira (embora esse problema seja constatável nos demais ramos do direito), é muito difícil encontrar uma resposta satisfatória a esse dilema. Dessa maneira, do conjunto de uma parte da doutrina e da jurisprudência, tem-se que:

(i) De um lado, há uma verdade real “nos fatos”, por meio da qual o intérprete “busca” a verdade nas essências das coisas/dos fatos e que são verdades irrefutáveis, indiscutíveis e, portanto, não há convencimento, uma vez que sequer há sujeito – chamemos a isso de metafísica clássica (ou de objetivismo). Seria objetivismo no sentido filosófico¹⁶ e não no sentido da dicotomia vontade da lei-vontade do legislador ou, talvez, de uma vulgata construída assistematicamente).

(ii) De outro, haveria um livre convencimento, segundo o qual, aquém de uma metodologia objetiva direcionada à interpretação, os juízos proferidos pela autoridade encarregada não estariam sujeitos a constrangimentos externos (chamemos a isso, de forma bem generosa, de filosofia da consciência)¹⁷.

No fundo, é possível dizer que a dificuldade de a dogmática jurídica lidar com conceitos como o da “verdade real” é apenas a ponta do *iceberg* da crise da Teoria do Direito. E do Processo. *Mutatis, mutandis*, é a mesma dificuldade que essa mesma dogmática jurídica tem para lidar com conceitos como o de positivismo, princípios, mutação constitucional, precedentes etc. Como digo há muito tempo, no entanto, o Direito não está blindado a paradigmas filosóficos. Em virtude do pouco aprofundamento de problemas teóricos do direito que têm sua origem em questões filosóficas ancestrais, constata-se no horizonte dogmático uma mixagem que chamamos de senso comum teórico.

Por isso, não é temerário afirmar que determinados setores da dogmática jurídica não conseguem “colocar” a propalada “verdade” (“real” ou não) no respectivo (ou em algum) solo filosófico, eis que, não raras vezes, confundem o paradigma ontológico-clássico (ou ontoteológico) com o da filosofia da consciência (ou de suas diversas variações e/ou vulgatas) e vice-versa, resultando disso um conceito absolutamente sincrético, autocontraditório. Esse problema se estende aos livros sobre “metodologia”, em que aparecem os métodos indutivos e dedutivos descolados dos paradigmas filosóficos, ignorando temas como a relação do indutivismo com empirismo e a complexidade da ideia de se fazer simples deduções nas ciências sociais. Aliás, há livros que tratam da verdade com pretensão crítica e utilizam, paradoxalmente, o “método dedutivo”.

Há um conjunto de obras jurídicas que buscam tratar do tema “verdade”. Esses manuais (compêndios etc.) são os livros mais utilizados nas salas de aula e fomentam os cursos de

16. STRECK, Lenio Luiz. *Dicionário de hermenêutica*: 50 verbetes fundamentais da teoria do direito à luz da Crítica Hermenêutica do Direito. 2. ed. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

17. GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método II*: A história do conceito como filosofia. Trad. Ênio Paulo Giachini. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2012; HEIDEGGER, Martin. *Nietzsche II*. São Paulo: Forense, 2007.

STRECK, Lenio Luiz. Um manifesto antirrelativista:

só há interpretações porque existem fatos, regras e princípios a serem interpretados.

Revista Brasileira de Ciências Criminais. vol. 199. ano 31. p. 53-71. São Paulo: Ed. RT, nov./dez. 2023.

DOI: [https://doi.org/10.5281/zenodo.8381431].

preparação para concursos e, por justiça, cabe referir que são citados por ministros do STJ e STF, o que também comprova que a crise do Direito avançou para o interior dos tribunais superiores.

As análises de parcela da doutrina oscilam entre a “busca da verdade real” e sua antítese – o “ceticismo” e/ou “relativismo” (embora, diga-se, em nenhum dos autores essa discussão adentra no terreno da filosofia, como se essa fosse despicienda para a explicação do fenômeno). Os “céticos” (ou neo-céticos-neo-niilistas) o são por “pura intuição”. Seguem o senso comum, algo do tipo denunciado por A. MacIntyre¹⁸ – o emotivismo, pelo qual cada um “tem a sua opinião”, “tudo-é-relativo”, “não-existem-verdades”.

Há um conjunto de autores que procuram tratar do assunto e que são os mais utilizados em sala de aula. É dever da doutrina que se pretende reflexiva trazer a lume essa problemática. As críticas a seguir, portanto, buscam dialogar. Os textos aqui mencionados o são pela sua importância, e não pela sua irrelevância.

3. A VERDADE QUE EXISTE E NÃO EXISTE

Uma questão que se repete na dogmática processual – e não somente nela – é a afirmação acerca da não existência da verdade. Guilherme Nucci¹⁹, doutrinador largamente citado e festejado, embora tente fazer uma ressalva no sentido de que “jamais, no processo, pode assegurar o juiz ter alcançado a verdade objetiva”, assevera que o juiz possui, isso sim, “uma crença segura na verdade que transparece através das provas colhidas (...)”. Pergunto: como explicar tal contradição? Para ele, existe “verdade” e ao mesmo tempo não existe?

A partir do que diz Nucci, qual é a diferença entre “verdade objetiva” e “verdade que transparece através das provas colhidas”? De que modo Nucci responde a isso? Mas, por que digo isso? Pela simples razão de que, afinal, ambas as assertivas do autor fazem parte daquilo que se pode denominar de *adequatio intellectum et rei* (pelo menos é o que se pode depreender dessa espécie de realismo filosófico). Portanto, o que surpreende, neste caso, é que Nucci diz não acreditar no objetivismo. Mas, veja-se que, como contraponto, faz uso do próprio objetivismo (filosófico) ou realismo ingênuo, pelo qual a verdade é externa ao sujeito.

Em outras palavras: Nucci não acredita na possibilidade de haver uma verdade, mas a seguir afirma existir uma verdade que transparece das provas colhidas. Essa verdade seria objetiva? Em que sentido? Empírica, fruto de uma “mera descrição” (afinal, o empirismo – e o positivismo é uma teoria descritivo-empirista – aposta no método das ciências naturais, por assim dizer). Afinal, como essa verdade “transparece”? Ela estaria contida “na coisa”? Existiria, então, uma essência a ser descoberta pelo juiz?

Desde logo, é necessário lembrar que, desde o giro copernicano de Kant – o qual, em sua *Crítica da Razão Pura*, afirmava a impossibilidade de apreensão da realidade como *noumeno*, restando-nos, portanto, apenas o *phaenomenon* – tentar reivindicar a realidade em

18. MACINTYRE, Alasdair. *After Virtue: A Study in Moral Theory*. Londres: Bloomsbury, 2007.

19. NUCCI, Guilherme. *Manual de Processo Penal e Execução Penal*. São Paulo: Ed. RT, 2012. p. 112.

STRECK, Lenio Luiz. Um manifesto antirrelativista:

só há interpretações porque existem fatos, regras e princípios a serem interpretados.

Revista Brasileira de Ciências Criminais. vol. 199. ano 31. p. 53-71. São Paulo: Ed. RT, nov./dez. 2023.

DOI: [https://doi.org/10.5281/zenodo.8381431].

essência é algo no mínimo problemático, principalmente se esta reivindicação não é acompanhada da devida problematização filosófica.

Avançando e até para evitar mal-entendidos, aponto para a gravidade da afirmação seguinte de Nucci: “a verdade é una e sempre relativa”²⁰. Respondo, com toda a lhanza acadêmica: se a verdade é relativa, a própria afirmação do autor deve ser assim considerada, isto é, a própria afirmação de Nucci deve ser considerada “relativa”. Há, nisso, uma contradição insolúvel.

Por isso, se a verdade é una, como diz Nucci, não é possível que ela seja, também, relativa. E vice-versa. De fato, ou se trata de uma verdade una ou se trata de uma “verdade relativa” (e que nem pode ser “a verdade”, eis-que-é-relativa!). Ora, não é possível compreender esse receio de afirmar a existência de verdades, eis que qualquer afirmação a respeito da verdade deve ser verdadeira (pois deve ser aplicada sobre a própria afirmação). Consequentemente, não parece existir dúvida de que Nucci resvala em uma contradição performática.

Entretanto, as contradições não terminam nesse ponto. Isto porque, ao final, Nucci vai dizer que “a verdade é apenas uma noção ideológica da realidade, motivo pelo qual o que é verdadeiro para uns, não o é para outros”²¹. Já de pronto, permito-me acrescentar, ao final dessa frase, a afirmação “inclusive-isto-que-o-autor-acabou-de-afirmar”, de modo que ela seria lida dessa forma: “a verdade é apenas uma noção ideológica da realidade, motivo pelo qual o que é verdadeiro para uns, não o é para outros”, “inclusive isto que acabo de afirmar”! Então, esta própria afirmação é válida para uns e não o é para outros! Observe-se o grau de sincretismo: Nucci navega pelo objetivismo (ou uma vulgata do realismo filosófico) até chegar ao relativismo pós-moderno. Um “salto paradigmático” considerável, pois.

De todo modo, seria interessante esclarecer de que maneira é possível fazer esse *mix* de posições filosóficas, principalmente se considerarmos que, no início de sua explanação sobre o “princípio” (*sic*) da verdade real, Guilherme Nucci se posiciona a favor da verdade objetiva (que, ao fim e ao cabo, representaria o cerne da assim denominada “verdade real”), assumindo, entretanto, na sequência, uma postura relativista. E, mais grave: no plano da dogmática do Direito (e quiçá em algumas teorias que se pretendem críticas), o magistrado e professor Nucci não está só.

Portanto, o problema na Teoria do Direito (se quisermos, no processo em geral) é responder à pergunta: de que modo se compatibilizam essas teses contraditórias entre si? De que maneira esse sincretismo sobrevive no imaginário dos juristas brasileiros?

4. SE A “VERDADE REAL” É UM MITO, POR QUE ESSE MITO É USADO PARA EXPLICAR O LOGOS?

Entre autores vinculados à teoria processual, destaco Ada Pellegrini Grinover. Segundo a autora,

20. NUCCI, Guilherme. *Manual de Processo Penal e Execução Penal*. São Paulo: Ed. RT, 2012. p. 114.

21. NUCCI, Guilherme. *Manual de Processo Penal e Execução Penal*. São Paulo: Ed. RT, 2012. p. 114.

STRECK, Lenio Luiz. Um manifesto antirrelativista:

só há interpretações porque existem fatos, regras e princípios a serem interpretados.

Revista Brasileira de Ciências Criminais. vol. 199. ano 31. p. 53-71. São Paulo: Ed. RT, nov./dez. 2023.

DOI: [https://doi.org/10.5281/zenodo.8381431].

“O princípio da verdade real, que foi o mito de um processo penal voltado para a liberdade absoluta do juiz e para a utilização dos poderes ilimitados na busca da prova, significa hoje simplesmente a tendência a uma certeza próxima da verdade judicial: uma verdade subtraída à exclusiva influência das partes pelos poderes instrutórios do juiz e uma verdade ética, processual e constitucionalmente válida (...) e ainda agora exclusivamente para o processo penal tradicional, indica uma verdade a ser pesquisada mesmo quando os fatos forem incontroversos, com a finalidade de o juiz aplicar a norma de direito material aos fatos realmente ocorridos, para poder pacificar com justiça.”²²

Já de pronto, é possível perceber que a assertiva da acatada professora não consegue afastar a mixagem paradigmática que assola o processo, no mínimo desde a década de 1940 do século XX. Com efeito, se, como diz Grinover, a verdade real foi o mito de um processo penal voltado para a liberdade absoluta do juiz e para a utilização dos poderes ilimitados na busca da prova, então se está a tratar de uma “verdade” ligada a um juiz solipsista (subjetivista). De se notar que, ao contrário disso, a ideia de “verdade real” remete para um conceito de verdade em correspondência com a realidade, com sua essência ou com a coisa em si de que trata Kant²³.

Ilustrativa, nesse sentido, seria a imagem de um juiz que não passava (na verdade, ainda hoje é assim) de um juiz que era um produto mixado por dois modelos filosóficos (melhor dizendo, vulgatas de dois modelos): ao mesmo tempo em que “cava” a prova ao seu talante (sendo, assim, um subjetivista), lança mão do “mito do dado” para dar “pureza” ao “produto escavado”. Este me parece ser o cerne da questão.

Complexo, não? Entretanto, se, na sequência, a reconhecida processualista diz que ainda hoje, para o processo penal tradicional, o “princípio” (*sic*) da verdade real “indica uma verdade a ser pesquisada mesmo quando os fatos forem incontroversos, com a finalidade de o juiz aplicar a norma de direito material aos fatos *realmente ocorridos*”, então, neste caso, o aludido “princípio” é também um mecanismo de busca de “verdades ontológicas” (traduzidas pelo enunciado “fatos realmente ocorridos”, utilizada por Grinover, grifos do autor). Ou seja, também Grinover não consegue superar essa mixagem teórica, assim como a incerteza acerca do sentido do que seja “verdade real”.

Deixo, assim, assentada a minha perplexidade (que não se dirige somente à concepção de Grinover): se a verdade real é o contraponto da verdade formal, isso quer dizer que a primeira não tem limites procedimentais (formais). Óbvio isso, pois não? Isto porque a verdade real “vai além”. Por ela, o juiz “mergulha” diretamente em direção à “essência das coisas” (esse talvez seja o juiz do qual fala a professora – e com o qual, obviamente, ela não concorda –, quando se refere a “um processo penal voltado para a liberdade absoluta do juiz e para

22. GRINOVER, Ada Pellegrini. A iniciativa instrutória do juiz no processo penal acusatório. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 347, jul.-set. 1999. p. 7 e ss.

23. Nesse sentido, ver STRECK, Lenio. A verdade das mentiras e as mentiras da verdade (real). Disponível em: Revista Eletrônica Consultor Jurídico, São Paulo, 28 de novembro de 2013. [<https://www.conjur.com.br/2013-nov-28/senso-incomum-verdade-mentiras-mentiras-verdade-real>]. Acesso em 21 de setembro de 2023.

a utilização dos poderes ilimitados na busca da prova”). Só que isso é inconciliável quando pensamos o Direito a partir de paradigmas filosóficos. Vejamos: não estou afirmando que a professora assume uma postura equivocada em termos do que seja a verdade. O que estou criticando é a descrição dos modelos feitos por ela, que não esclarecem o problema, mas, ao contrário, favorecem o sincretismo de modelos teóricos. Afinal, de que modo explicar a assertiva de que o conceito de “verdade” diz respeito a “uma verdade a ser pesquisada mesmo quando os fatos forem incontroversos, com a finalidade de o juiz aplicar a norma de direito material aos fatos realmente ocorridos, para poder pacificar com justiça”. Nesse sentido, já iniciaria um segundo problema: o conceito de justiça que adviria da concepção do juiz.

Para corroborar a crítica aqui estampada, em livro em coautoria Grinover repete uma assertiva encontrada na maioria dos manuais de processo penal e civil:

No campo do processo civil, o juiz pode satisfazer-se com a verdade formal, limitando-se a acolher o que as partes levam ao processo e eventualmente rejeitando o pedido autoral ou a defesa do réu por falta de provas; já no campo do processo penal, só excepcionalmente o juiz pode satisfazer-se com a verdade formal, pois deve aqui buscar a verdade real, em virtude da natureza pública do interesse repressivo.²⁴

Como conciliar esses conceitos de verdade?

5. OS PARADIGMAS INCONCILIÁVEIS POR TRÁS DAS CONCEPÇÕES DE VERDADE

Há²⁵ um sincretismo de paradigmas inconciliáveis em parcela considerável da doutrina processual. E as raízes são antigas. Afinal, essa problemática também aparece em trabalhos acadêmicos e de mais fôlego, como é o caso de Marco Antônio de Barros²⁶ quando, ao mesmo tempo em que afirma ser a verdade a adequação ou conformidade entre o intelecto e a realidade, coloca-a como produto da consciência do sujeito cognoscente. Esse é um problema recorrente em setores da dogmática processual. Observemos o que diz Marco Antônio de Barros no seu livro *A busca da verdade no processo penal*: a verdade é “a adequação ou conformidade entre o intelecto e a realidade” ao mesmo tempo em que sustenta que esta é fruto da inteligência humana, porque “moldada pelo juízo racional e não pela prova ou evidência que pode ser verídica ou falsa”²⁷. O que é a primeira definição senão a verdade no sentido da ontologia clássica?²⁸ Como misturá-la com a filosofia da consciência (moderna)?

24. GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antônio Scarance; GOMES FILHO, Antônio Magalhães. *As nulidades no processo penal*. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Ed. RT, 2006.

25. Texto da subseção extraído de artigo publicado pelo autor, disponível em: [https://www.conjur.com.br/2013-nov-28/senso-incomum-verdade-mentiras-mentiras-verdade-real].

26. BARROS, Marco Antônio de. *A busca da verdade no processo penal*. São Paulo: Ed. RT, 2002. p. 286.

27. BARROS, Marco Antonio. *A busca da verdade no processo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 286.

28. Observem o que dizia Júlio Fabrini Mirabete, no seu livro *Processo Penal* (Rio de Janeiro: Atlas, 1999, p. 257): A verdade surge quando “a ideia que (o juiz) forma em sua mente se ajusta perfeitamente

STRECK, Lenio Luiz. Um manifesto antirrelativista:

só há interpretações porque existem fatos, regras e princípios a serem interpretados.

Revista Brasileira de Ciências Criminais. vol. 199. ano 31. p. 53-71. São Paulo: Ed. RT, nov./dez. 2023.

DOI: [https://doi.org/10.5281/zenodo.8381431].

O autor diz, ainda, que, no plano da avaliação das provas, a convicção do juiz é livre, submete-se à sua própria consciência; porém, a sua decisão deve ser fundamentada nas provas colhidas no curso do processo.

Observe-se que a ressalva que Barros faz no sentido de que a decisão, embora “de livre convicção”, deva “ser fundamentada nas provas colhidas no curso do processo”, seria relevante, não fosse exatamente a (sua) contradição entre “a livre convicção” (espécie de solipsismo judicial) e a “fundamentação nas provas processuais”. Quer dizer: segundo o autor, o juiz tem liberdade total para escolher para, depois, buscar a fundamentação daquilo que já decidiu?

Há outra relevante circunstância, representada pelo fato de que o conceito de Barros retrata, claramente, a junção do paradigma metafísico-clássico (*adaequatio intellectus et rei*) e o da filosofia da consciência (*adaequatio rei et intellectus*), com a ressalva que faço com relação ao que seja “filosofia da consciência” em diversos textos²⁹. Interessante anotar que, ao fim e ao cabo – e Barros é enfático nisso –, sempre prevalecerá a “livre convicção” ou “a vinculação à consciência do julgador” (daí, supõe-se, a ode ao “livre convencimento”).

Mas, indago, com as vênias acadêmicas de estilo: de que modo isso é possível? Quer dizer que, no final, sempre prevalece a livre convicção. Mas, para que então serve a doutrina, a lei, o direito? Para que servem os professores? No fundo, é uma mixagem semelhante a que é feita por Nucci. Aliás, isso tudo explica os “escopos processuais” e o protagonismo judicial defendido pelo instrumentalismo processual. O triunfo do voluntarismo/relativismo fica claro na seguinte assertiva de Barros:

Cada uma tem a sua verdade, segundo a sua *forma mentis*, sob o influxo dos seus próprios interesses e das suas paixões. E é só pela experiência e controle crítico dos seus constantes pontos de vista ‘que se pode chegar àquela verdade do juiz’, que é depois aquela que vale para o ordenamento jurídico.³⁰

Veja-se, de novo, que Barros e Nucci andam muito próximos em suas análises. A se acreditar nessa afirmação de Barros – autor, aliás, e faço a ressalva com justiça, que ocupa importante lugar na doutrina processual penal – estaríamos no reino do subjetivismo-voluntarismo (ou, quiçá, do ceticismo). Estaríamos também – e isso reforça a mixagem teórica – no suprasumo do relativismo. Partindo das palavras do autor, posso afirmar que, se cada um tem “a-sua-verdade”, se cada juiz obedece a “seus próprios interesses e as suas paixões”, ao fim e ao cabo tudo dependerá daquilo que esse “senhor dos sentidos” disser (quase um nominalista). Ou um misto de solipsismo e ceticismo. O problema é que, como já alertava Heidegger, lá no início de *Sein und Zeit*, o cético sempre chega tarde.

com a realidade dos fatos.” Isto é: *adequatio intellectum et rei*. Não haveria problemas na adoção do conceito, se, ao mesmo tempo, não defendesse o livre convencimento e livre apreciação da prova e a decisão “via consciência”.

29. STRECK, Lenio Luiz. *O que é isto: decido conforme minha consciência?* Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

30. *Ibidem*, p. 19.

6. OS PROBLEMAS RECORRENTES ACERCA DOS CONCEITOS DE LIVRE CONVENCIMENTO, LIVRE APRECIÇÃO E VERDADE JUDICIAL – UMA EXTENSÃO DA DISCUSSÃO ACERCA DO CONCEITO DE VERDADE

Em pesquisa publicada recentemente³¹, analiso o pensamento de célebres autores estrangeiros: Luigi Ferrajoli e Michele Taruffo. Na oportunidade, expusemos como a relação entre a teoria da verdade (como correspondência) endossada por estes autores com a ideia de livre convencimento não é apenas problemática para a prática jurídica, mas, também, contraditória em seus próprios termos teóricos.

Acerca do problema da verdade, Ferrajoli afirma que “apenas as afirmações dotadas de significado ou de referência empírica, quer dizer, que descrevem fatos ou situações determinadas a partir do ponto de vista da observação”³². Taruffo, por sua vez, propõe a teoria da verdade a partir de uma referência a Alfred Tarski. Para Taruffo, a definição do conceito de verdade de Tarski

es relevante no sólo porque representa una versión moderna y metodológicamente correcta de la verdad como correspondencia, sino también porque parece dotada de una mayor generalidad, o de un alcance más fundamental, respecto de las otras teorías de la verdad.³³

Ao mesmo tempo em que propõem uma concepção correspondencial de verdade, limitada às proposições empíricas, na linha do positivismo que lhes é característico, Ferrajoli e Taruffo também propõem uma distinção entre a verdade absoluta, inatingível, e uma verdade relativa (e, nisso, portanto, não se distinguem da doutrina anteriormente explorada). Para Ferrajoli, a livre convicção do juiz significa

que, a los fines de la condena, excluyendo-se que en el proceso se pueda alcanzar alguna vez la verdad absoluta, se requiere por lo menos, como débil pero necesario sustituto de una imposible certeza objetiva, la certeza subjetiva, es decir, la (libre) convicción del juez: la convicción, precisamente, no ya acerca de la verdad en torno a lo que realmente ha sucedido o no, sino solo acerca de la verdad del juicio de culpabilidad.³⁴

No mesmo sentido, para Taruffo, o ceticismo em relação à verdade está relacionado a um movimento de reação teórica por parte de “perfeccionistas” ou “desiludidos”, “es decir,

31. STRECK, L.; JUNG, L. *Livre convencimento judicial e verdade: crítica hermenêutica às teorias de Ferrajoli, Taruffo e Guzmán*. Novos Estudos Jurídicos, Itajaí (SC), v. 27, n. 1, p. 2-21, 2022. DOI: 10.14210/nej.v27n1.p2-21. Disponível em: [https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/18696]. Acesso em: 31.07.2023.

32. FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão*. Trad. Ana Paula Zomer, Juarez Tavares, Fauzi Hassan Chokur, Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Ed. RT, 2002. p. 97.

33. TARUFFO, Michele. *La prueba de los hechos*. Traducción de Jordi Ferrer Beltrán. Madrid: Editorial Trotta, 2005. p. 170.

34. FERRAJOLI, Luigi. Prefacio a: GUZMÁN, Nicolás. *La verdad em el proceso penal*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Didot, 2018. p. 11.

STRECK, Lenio Luiz. Um manifesto antirrelativista:

só há interpretações porque existem fatos, regras e princípios a serem interpretados.

Revista Brasileira de Ciências Criminais. vol. 199. ano 31. p. 53-71. São Paulo: Ed. RT, nov./dez. 2023.

DOI: [https://doi.org/10.5281/zenodo.8381431].

*de quien habiendo constatado que la verdad absoluta no es posible pasa al extremo opuesto y sostiene la imposibilidad de cualquier conocimiento racional*³⁵.

Constata-se, mais uma vez, a problemática comunhão entre a noção de verdade como correspondência de um lado e a ideia simultânea de que uma verdade objetiva não seria alcançável, cabendo ao juiz, portanto, buscar uma verdade relativa que lhe propicie um juízo de probabilidade. A partir desse ponto, o pêndulo epistemológico dos processualistas vai, mais uma vez, do objetivismo fático ao subjetivismo da consciência no qual se baseia a tese do livre convencimento judicial por eles também defendida.

7. UM BREVE ENCAMINHAMENTO ACERCA DO SENTIDO DE VERDADE

O³⁶ filósofo Gerd Bornheim dizia, há muitos anos, tratando do pensamento filosófico em bases existenciais, que “nenhum questionamento pode ser digno de ser chamado filosófico se não se faz acompanhar de uma reflexão sobre as próprias condições de responder adequadamente ao que está sendo questionado. Mas isto supõe uma indagação prévia acerca da essência mesma do ato de interrogar ou questionar. ‘Ninguém pode indagar o que sabe nem o que não sabe, porque não pesquisaria o que não sabe, pois já o sabe, nem investigaria o que não sabe, porque não saberia sequer o que deve ser investigado’, dizia Platão”³⁷. Portanto, continua Bornheim, toda pergunta implica necessariamente a possibilidade da resposta (do contrário, ela não teria sentido) e a possibilidade de acesso à coisa mesma a fim de interrogá-la em seu aparecer originário. Acesso constituído pelo ser do ente compreendido como fenômeno. Assim, a acessibilidade do ente em questão abre previamente o âmbito onde ele é encontrável a fim de ser, precisamente, interrogado. A filosofia é, pois, nutrida pelo desejo de saber acerca do que torna possível a abertura desse âmbito sempre já aberto, antes de toda busca e procura, que dirige e pré-orienta o olhar que investiga e conhece. Boa lição para o que se escreve sobre a verdade no Direito.

Parece que a aventura dos juristas em busca da verdade (real) é como caçar a arca perdida. Antes de tudo, quero grifar os caminhos filosóficos que devem ser trilhados e conhecidos para chegar ao local da arca (e descobrir, talvez, que ela nem exista, pelo menos como os antigos e modernos pensavam). O sujeito da modernidade é descoberto por Descartes. Aquilo que se mostrava nos sofistas ou no nominalismo ainda não é “o sujeito”. Ainda na modernidade, Kant mostra a impossibilidade da apreensão da coisa em si. O que precisamos para compreender algo não vem da coisa (em si), mas da autonomia do sujeito, liberto do “mito do dado”, por assim dizer.

Talvez um dos grandes problemas tenha sido a incorporação desmesurada do antirracionalismo nietzschiano, raiz do pragmatí(c)i(s)mo que assola principalmente o Direito.

35. TARUFFO, Michele. *La prueba de los hechos*. Traducción de Jordi Ferrer Beltrán. Madrid: Editorial Trotta, 2005. p. 30.

36. Texto da subseção extraído de artigo publicado pelo autor, disponível em: [https://www.conjur.com.br/2013-nov-28/senso-incomum-verdade-mentiras-mentiras-verdade-real].

37. BORNHEIM, Gerd Alberto. *Introdução ao filosofar: o pensamento filosófico em bases existenciais*. 11. ed. São Paulo: Globo, 2003.

Isso quer dizer que o lidador do Direito, longe de estar disposto ao real, dispõe ele para si, como que a repetir a frase de Protágoras de que o homem é a medida de todas as coisas.

Assim também pensavam (vejamos só!) os positivistas do Círculo de Viena, para quem “tudo é acessível ao homem; e o homem é a medida de todas as coisas. Aqui se mostra afinidade com os sofistas e não com os platônicos; com os epicuristas e não com os pitagóricos, com todos os que defendem o ser mundano e a imanência”³⁸. Ora, perguntaria um representante do senso comum, “mas não seria o positivismo uma doutrina apegada ao objetivismo, à letra fria da lei, ou, ainda, a um modelo ‘cartesiano’ de racionalidade?”. Há muito aponto esta grande confusão sobre o tema, que, sem dúvida, se desdobra na doutrina brasileira e cujas consequências vêm sendo explicitadas nas presentes páginas.

No pragmatí(ci)smo, a decisão particular passa a ser a medida de tudo. Daí o voluntarismo (vontade de poder) que tomou conta das correntes “críticas” do Direito. O que se diz sobre “a verdade” é fruto de tudo isso: da metafísica clássica, da filosofia moderna e das teses e teorias que buscaram ultrapassar aquilo que superou o objetivismo (realismo) pré-moderno. É nesse caldo de cultura que nos movemos.

Por isso, dizem por aí que o processo criminal se norteia pela busca da verdade real, que retira o juiz da posição de espectador inerte da produção da prova (*sic*) para conferir-lhe o ônus de determinar diligências *ex officio*, como inquisidor, sempre que necessário para esclarecer ponto relevante do processo (há vários livros de processo penal que repetem isso). E há decisões de Tribunais, do STJ e do STF, afastando dispositivo do CPP com base no “princípio da verdade real”.

Como se viu até aqui, é muito difícil saber o que os autores e tribunais querem dizer com “a busca da verdade” ou até mesmo com enunciados como “não há verdades” ou “a verdade é relativa”. E a discussão sempre corre o risco de se tornar tautológica, bastando, para tanto, consultar a plêiade de manuais jurídicos à disposição.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A DISTÂNCIA EM RELAÇÃO À INDAGAÇÃO “O QUE É ISTO – O CONCEITO DE VERDADE”?

O fator talvez mais inusitado que se projeta a partir de todo esse quadro é que, em nenhum aspecto, os argumentos dessa parcela da dogmática processual possuem sustentação nos paradigmas filosóficos. É evidente que há vários autores no campo processual penal que superam – ou buscam superar – essa mixagem. Refiro, nesse sentido, do campo processual penal – com o sério risco de omissões – Jacinto Miranda Coutinho, Aury Lopes Jr., Salah Khaled Jr, Marcio Berti, R. Casara, G. Prado, Flaviane Barros, L.G. Grandinetti, E. Pacelli, N. Giacomolli (cada um sob perspectivas diferentes das que eu adoto); do campo processual civil e teoria do processo, Nelson Nery Jr., Georges Abboud e D. Nunes, F. Pedron e Alexandre Bahia, Jânia Saldanha, M. Cattoni e F. Borges Motta; no campo da teoria do direito, R. Tomaz

38. CARNAP, Rudolf; HAHN, Hans; NEURATH, Otto. *The Scientific Conception of the World: The Vienna Circle*. Vienna, 1929, p. 07, 09. Disponível em: [<http://evidencebasedcronics.org/pdfs/viennacircle.pdf>]. Acesso em 21.09.2023.

STRECK, Lenio Luiz. Um manifesto antirrelativista:

só há interpretações porque existem fatos, regras e princípios a serem interpretados.

Revista Brasileira de Ciências Criminais. vol. 199. ano 31. p. 53-71. São Paulo: Ed. RT, nov./dez. 2023.

DOI: [<https://doi.org/10.5281/zenodo.8381431>].

de Oliveira, M. Marrafon, L. Severo Rocha, M. Ramires, A. K. Trindade, W. Carneiro, C. Tassinari, Luã Jung, Ziel Ferreira Gomes, Gilberto Morbach – para citar apenas estes – lançam mão das discussões filosófico-contemporâneas sobre o conceito de verdade.

Parcela da dogmática processual continua a discutir as questões a partir do modo como elas eram tratadas no final do século XIX e início do século XX. Esse relativismo, bem como essa profissão de fé em um caráter unitário da verdade, não atinge o ponto de estofo da questão que, no contexto atual, se situa no campo da linguagem. Como afirma Lorenz Puntel, um dos grandes filósofos contemporâneos, verdade quer dizer a revelação da coisa mesma (*Sache selbst*) que se articula na dimensão de uma pretensão de validade justificável discursivamente³⁹. Isso só para iniciar a discussão, é claro.

Para ser mais incisivo: a história da Filosofia e, do seu modo peculiar, a dogmática jurídica, sempre trabalharam a verdade como a relação entre um juízo ideal construído pelo sujeito sobre algo real, posto no mundo. Assim, ao centralizar na subjetividade (que é também um ser subsistente, como os objetos sobre os quais se fazem juízos, como bem expõe Heidegger nos volumes sobre Nietzsche), acaba-se limitando as possibilidades da verdade. Partindo desse paradigma, estamos sempre limitados a falar a verdade (fazer juízo é um exemplo) sobre representações ou conteúdos da consciência, ignorando a realidade na qual sempre estivemos inseridos.

Percebe-se, desse modo, a complexidade do problema e daquilo que se ensina cotidianamente nas salas de aula e se reproduz nos fóruns e tribunais. Vejamos: isso não é assim porque eu quero que seja assim. Trata-se de uma questão paradigmática (portanto, minhas críticas aos autores Nucci, Barros e Grinover, bem como Ferrajoli e Taruffo, são pontuais e acadêmicas, em nada deslustrando a trajetória destes como juristas e sua contribuição na doutrina e nas práticas tribunais cotidianas).

O mundo é como é porque existem e existiram paradigmas filosóficos. Queiramos ou não. Achemos Kant ou Heidegger herméticos. A propósito, veja-se o problema que a ausência da Filosofia na discussão acerca do complexo tema “o que é isto – o positivismo”. Autores importantes discutem “casos fáceis” e “casos difíceis” como se não existissem paradigmas filosóficos. Como se, por exemplo, acreditar no positivismo exclusivo (ou excludente) não tivesse relação com a tese de que só há normas gerais e que o positivismo é, antes de tudo, uma teoria descritiva.

Portanto, a crítica aqui posta se refere a determinados setores do processo penal, e que, em boa medida, pode ser estendido ao processo civil e aos demais ramos, como, por exemplo, o direito civil, paraíso dos voluntarismos e do pamprinciologismo.

Volto, assim, à estorinha (ou alegoria) do cego de Paris. É primavera e eu não posso vê-la? Aqui, no que tange à discussão da verdade (“real”?), nem de outro modo se pode contar isso. Não há como dizer de outro modo algo que é absolutamente ficcional. Não há como dar coloridos semânticos às lendas jurídicas que se forja(ra)m durante tantos anos.

39. PUNTEL, Lorenz B. *Wahrheitstheorien in der neueren Philosophie. Eine kritisch-systematische Darstellung*. Wissenschaftliche Buchgesellschaft, Darmstadt 1978; Auflage 1993; *Grundlagen einer Theorie der Wahrheit*. W. de Gruyter, Berlin/New York 1990.

A propósito de fazer críticas, li uma frase de Barbara Heliodora, crítica teatral, com 90 anos de idade, referida por Mauricio Stycer, da Folha de São Paulo: “As pessoas acham que o crítico tem prazer em escrever uma crítica dizendo que a coisa é ruim. Não. É uma tristeza”.

9. REFERÊNCIAS

- BARROS, Marco Antonio de. *A busca da verdade no processo penal*. São Paulo: Ed. RT, 2002.
- BORNHEIM, Gerd Alberto. *Introdução ao filosofar: o pensamento filosófico em bases existenciais*. 11. ed. São Paulo: Globo, 2003.
- BREDA, Juliano; STRECK, Lenio Luiz. *O dia em que a constituição foi julgada: a história das ADC's 43, 44 e 54*. São Paulo: Ed. RT, 2020.
- DWORKIN, Ronald. *Império do direito*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão*. Trad. Ana Paula Zomer, Juarez Tavares, Fauzi Hassan Chokur, Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Ed. RT, 2002.
- FERRAJOLI, Luigi. Prefácio a: GUZMÁN, Nicolás. *La verdad em el proceso penal*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Didot, 2018.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método II: A história do conceito como filosofia*. Trad. Ênio Paulo Giachini. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2012; HEIDEGGER, Martin. *Nietzsche II*. São Paulo: Forense, 2007.
- GRINOVER, Ada Pellegrini. A iniciativa instrutória do juiz no processo penal acusatório. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 347, jul.-set. 1999.
- GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES FILHO, Antonio Magalhães. *As nulidades no processo penal*. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Ed. RT, 2006.
- MACINTYRE, Alasdair. *After Virtue: A Study in Moral Theory*. Londres: Bloomsbury, 2007.
- MIRABETE, Julio Fabbrini. *Processo penal*. Rio de Janeiro: Atlas, 2006.
- NUCCI, Guilherme de Souza. *Código de Processo Penal comentado*. São Paulo: Ed. RT, 2008.
- NUCCI, Guilherme. *Manual de Processo Penal e Execução Penal*. São Paulo: Ed. RT, 2012.
- PEREIRA, Guilherme Setoguti J. Verdade e finalidade da prova. *Revista de Processo*, São Paulo, ano 37, n. 213, nov. 2012.
- PUNTEL, Lorenz B. *Wahrheitstheorien in der neueren Philosophie. Eine kritisch-systematische Darstellung*. Wissenschaftliche Buchgesellschaft, Darmstadt 1978; Auflage 1993; Grundlagen einer Theorie der Wahrheit. W. de Gruyter, Berlin/New York 1990.
- STRECK, Lenio Luiz. A verdade das mentiras e as mentiras da verdade (real). *Revista Eletrônica Consultor Jurídico*, São Paulo, 28 de novembro de 2013. Disponível em: [https://www.conjur.com.br/2013-nov-28/senso-incomum-verdade-mentiras-mentiras-verdade-real]. Acesso em 21.09.2023.

STRECK, Lenio Luiz. Um manifesto antirrelativista:

só há interpretações porque existem fatos, regras e princípios a serem interpretados.

Revista Brasileira de Ciências Criminais. vol. 199. ano 31. p. 53-71. São Paulo: Ed. RT, nov./dez. 2023.

DOI: [https://doi.org/10.5281/zenodo.8381431].

- STRECK, Lenio Luiz. O cego de Paris e a busca da verdade real – O início. *Revista Eletrônica Consultor Jurídico*, São Paulo, 9 de maio de 2013. Disponível em: [https://www.conjur.com.br/2013-mai-09/senso-incomum-cego-paris-busca-verdade-real-inicio]. Acesso em 21 de setembro de 2023.
- STRECK, Lenio Luiz. Os métodos de interpretação, a metafísica e de como não há um Grundmethode na hermenêutica: o contributo à luz do *ontological turn*. In: MELLO, Cleyson M.; FRAGA, Thelma (Org.). *Novos direitos: os paradigmas da pós-modernidade*. Niterói: Impetus, 2004.
- STRECK, Lenio Luiz. Quanto vale o narcisismo judicial? Um centavo? *Revista Eletrônica Consultor Jurídico*, São Paulo, 17.05.2012. Disponível em: [www.conjur.com.br/2012-mai-17/senso-incomum-quanto-vale-narcisismo-judicial-centavo]. Acesso em: 24.07.2023.
- STRECK, Lenio Luiz. *O que é isto: decido conforme minha consciência?* Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.
- STRECK, Lenio Luiz. *Dicionário de hermenêutica: 50 verbetes fundamentais da teoria do direito à luz da Crítica Hermenêutica do Direito*. 2. ed. Belo Horizonte: Letramento, 2020.
- STRECK, L.; JUNG, L. Livre convencimento judicial e verdade: crítica hermenêutica às teorias de Ferrajoli, Taruffo e Guzmán. *Novos Estudos Jurídicos*, Itajaí (SC), v. 27, n. 1, p. 2-21, 2022. DOI: 10.14210/nej.v27n1.p2-21. Disponível em: [https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/18696]. Acesso em: 31.07.2023.
- TARUFFO, Michele. *La prueba de los hechos*. Traducción de Jordi Ferrer Beltrán. Madrid: Editorial Trotta, 2005.



PESQUISAS DO EDITORIAL



ÁREAS DO DIREITO: Penal; Processual

Veja também Doutrinas relacionadas ao tema

- A revisão criminal e a (im)possibilidade da existência de uma única verdade no processo penal: uma análise à luz da teoria de Karl Raimund Popper, de Alexandre de Castro Coura e Maira Ramos Cerqueira – *RT* 1039/345-362;
- O processo penal busca a verdade, mas não a qualquer custo: os novos caminhos para uma antiga controvérsia, de Felipe da Costa De-Lorenzi e Guilherme Francisco Ceolin – *RBCCrim* 177/71-132;
- Positivismo, teoria da decisão judicial e segurança jurídica, de Fernando Motta Martins e Virgílio Alves Musse – *RDCI* 138/87-107;
- Princípio de presunção de inocência e princípio de vitimização: uma convivência impossível, de Perfecto Andrés Ibáñez, Janaina Matida e Aury Lopes Jr.- *RBCCrim* 185/85-100; e
- Verdade e prova: problemas de epistemologia jurídica no processo penal, de Eliomar da Silva Pereira – *RBCCrim* 198/211-240.

STRECK, Lenio Luiz. Um manifesto antirrelativista: só há interpretações porque existem fatos, regras e princípios a serem interpretados. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. vol. 199. ano 31. p. 53-71. São Paulo: Ed. RT, nov./dez. 2023. DOI: [https://doi.org/10.5281/zenodo.8381431].